

Centrais querem mudar MP

SÃO PAULO — As centrais sindicais vão trabalhar unidas para tentar emendar a medida provisória editada pelo presidente Itamar Franco que restabelece o gatilho salarial com base no total da inflação do mês anterior que exceder a 10%. CUT, Força Sindical e CGT acreditam que derrubar o veto presidencial ao projeto de lei aprovado pela Câmara dando reajuste integral aos salários é difícil e demorado e preferem pressionar o Congresso para emendar a medida provisória. “Não aceitamos o arrocho salarial e vamos lutar todos os dias até garantirmos os 100% aprovados pelo Congresso”, resume Jair Meneguelli, presidente da CUT, reafirmando que a partir de hoje a entidade se recusa a participar da agenda para o entendimento que ela própria idealizou. “Estamos fora porque a agenda estava vinculada a uma solução para o impasse da política salarial”, justifica. Para Meneguelli, a medida provisória não avançou nada sobre o reajuste de 60% da inflação do mês anterior que o Senado havia votado e ficou muito aquém dos 100% aprovados duas vezes pela Câmara. “Com a inflação atual, os trabalhadores receberiam reajuste de 66% da inflação passada, o que mantém o arrocho aos salários”, calcula.

Luiz Antônio de Medeiros, presidente da Força Sindical, também não gostou do índice imposto pelo governo, mas considerou a definição da política salarial um avanço importante. Na sua avaliação, pior que uma política salarial ruim é não ter política nenhuma. “Pelo menos isso põe fim à especulação que aumentava os preços preventivamente e já é um ganho importante para os aposentados e pensionistas que não vinham tendo aumento nenhum e para as categorias pouco organizadas”, avaliou Medeiros. Ele acredita que para os grandes sindicatos a nova política salarial nada altera e lembra que sua categoria (metalúrgicos) já conquistou o reajuste integral há muito tempo.

Para Medeiros, uma das formas de luta da Força Sindical para melhorar a lei salarial imposta pelo governo será pedir ao Supremo Tribunal Federal (STF) que julgue logo o processo da Cofins para que o dinheiro depositado em juízo seja liberado para pagar a Previdência. “Com esse dinheiro, o governo terá condições de melhorar bastante a atual política e pagar os aposentados”, aposta Medeiros, que irá pessoalmente ao STF na quarta-feira.